

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.502 - MG (2013/0315804-8)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : A C DA C**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado.

Consta dos autos que o recorrido foi condenado à pena privativa de liberdade de 27 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do ilícito tipificado no art. 217-A do Código Penal, por 3 vezes, na forma do art. 69 do Código Penal.

Contra essa sentença a defesa interpôs apelação, que foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 415):

APELAÇÃO CRIMINAL ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL EM RAZÃO DA FALTA DE REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS VÍTIMAS - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - PALAVRA DAS VÍTIMAS EM SINTONIA COM AS DEMAIS PROVAS COLHIDAS - DELITOS CARACTERIZADOS - CONDENAÇÃO NA FORMA DOS ARTIGOS 214 E 213 (POR DUAS VEZES) DO C.P.B. EM RAZÃO DOS FATOS TEREM OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 12.015/09 - PENA REDUZIDA - CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES - RECONHECIMENTO. Ocorrendo a omissão do responsável ou a colidência de interesses entre este e as vítimas, correta a nomeação de curador especial para representar em favor das adolescentes contra o apelante, consoante disposto no artigo 33 do Código de Processo Penal. Comprovada a ocorrência do crime de atentado violento ao pudor e estupro, não há falar-se em absolvição, porquanto as palavras das vítimas em crimes praticados na clandestinidade adquirem especial relevância. Praticados os delitos de estupro e atentado violento ao pudor ainda sob a vigência dos revogados artigos 214 e 213 do Código Penal, antes das alterações trazidas pela Lei 12.015/2009, é de se modificar a condenação do apelante nos termos dos artigos anteriores para não incorrer em "reformatio in pejus". Resta perfeitamente caracterizada a continuidade delitiva entre os crimes perpetrados pelo apelante, embora contra vítimas diferentes, porque praticou delitos da mesma espécie e com identidade de

propósitos, nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Provimento parcial ao recurso que se impõe.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 441/444 e 453/456).

Irresignado, o *Parquet* estadual interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 69, *caput*, e 71, parágrafo único, ambos do Código Penal.

Alegou, em suma, que a Corte de origem havia cometido equívoco ao aplicar "a regra da continuidade delitiva específica a crimes de espécies diferentes (estupro e atentado violento ao pudor) e a crimes praticados contra vítimas diversas (também de atentado violento ao pudor e de estupro) e em tempos distintos" (e-STJ fl. 476).

Sustentou, ainda, que "a Corte de Justiça Mineira não se atentou ao fato de que o recorrido agiu com desígnios autônomos, afastando-se a incidência da ficção jurídica em apreço" (e-STJ fl. 476).

Requeru, por fim, a reforma do acórdão recorrido para "de forma que seja aplicada a regra do concurso material" (e-STJ fl. 484).

Contrarrazões às e-STJ fls. 525/529.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 544/550).

É o relatório.

Decido.

Não se pode conhecer do recurso.

É que a controvérsia tratada nestes autos é idêntica àquela trazida nas razões do Recurso Especial n. 1.415.746/MG, recurso esse cuja decisão foi proferida na data de hoje.

Desse modo, o recurso sob exame é incabível, uma vez que a interposição de dois recursos com idêntico conteúdo pela mesma parte e contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo em razão da preclusão consumativa e do princípio da

# *Superior Tribunal de Justiça*

unirrecorribilidade das decisões.

Ante o exposto, **não conheço do agravo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator